

Rедакção, Administração Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Oficinas de Imprensa e Esteriótipa
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não publica às segundas-feiras.—Não se devolvem os originais.—Dos artigos publicados não respondem os seus autores.



DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

PREÇO 30 CENTAVOS — ANO VII — N.º 2164

Operários, ao comício e à manifestação de hoje!

Quem tiver amor à Liberdade não deve neste momento deixar de manifestar publicamente esse sentimento nobre.

Quem tiver verdadeiro amor à Justiça, não deve esquecer-se de que ela foi miseravelmente atraíçoadas pelos que se arrogam o direito de exercê-la. Manda o mais rudimentar espírito de Justiça que aos acusados seja garantido o direito de defesa. E aos operários deportados foi negado esse direito. Sem forma de processo, sem julgamento, apenas acusados de vagos delitos de que tanto podem ser culpados como não, são remetidos por simples ordem da polícia para inóspitas paragens, no propósito firme de condená-los à morte. E' um crime do Poder praticado sobre supostos criminosos!

E parte do crime meditado pelo governo de Vitorino Guimarães e mantido pelos seus sucessores já teve as suas trágicas consequências: quatro deportados já perderam a vida, minados de febres, abatidos pelo clima.

Nas esquadras policiais gemeram incomunicáveis, contra a letra da Constituição, durante meses, alguns operários. Levantada a incomunicabilidade, conservaram-nos presos sem culpa formada durante seis meses, quando não podiam conservá-los detidos mais de oito dias. Formado, por fim, o processo torto e aleijado, em vez de serem entregues ao poder judicial, enviando-os para o Limoeiro, a polícia, saltando sobre todas as leis da república, mantém-nos nas esquadras onde suas vidas correm permanente risco.

E assim que as autoridades, tão gentis e amáveis para com os altos burlões da política e da finança, procedem para com os operários humildes que não têm bancos nem jogam na Bôlha.

Assassinaram-se a tiro, alegando que pretendiam fugir, um operário que foi atingido no peito e um cego que não podia correr!

E para verberar todos estes crimes brutais e para forçar o Estado burguês a reparar todas estas injustiças que o proletariado deve comparecer hoje, pelas 13 horas, na sede da Câmara Sindical do Trabalho, na calçada do Combro, onde se realizará um importante comício, seguindo dali o operariado em manifestação ao Parlamento, onde será entregue uma representação.

Para reforçar o protesto do operariado de Lisboa, a U. S. O. do Porto também promove hoje na capital do Norte um grande comício de protesto contra as deportações e prisões iniquas.

**Pela justiça, contra os crimes das autoridades, proletários ao comício!
Pela liberdade, contra as deportações sem julgamento, operários, à manifestação!**

A Câmara Sindical do Trabalho e a comissão Pró-regresso dos Deportados entregam hoje no Parlamento uma eloquente representação

A Câmara dos Deputados e endereçada ao seu presidente será entregue a seguinte representação que exprime o sentir da classe trabalhadora perante duas grandes iniquidades que a atingiram na sua dignidade, na sua consciência colectiva e no seu espírito de justiça.

Ex.º Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Senhores:

A Comissão Pró-Regresso dos Deportados, que nos seus intuios honestos e na sua elevada missão é acompanhada pela população operária organizada e consciente — bem como pelos intelectuais que em presença do estranho e estupendo caso tomaram uma atitude desassombrada e clara — vem perante o poder legislativo, perante o executivo e o judicial, trazer o mais solene protesto e a mais indignada repulsa contra o acto bárbaro e anti-legalista, levado a efeito contra um punhado de homens que os tribunais competentes ainda não julgaram.

Há já males irreparáveis pois que, em virtude da surdez dos governos ou da sua pusilanimidade em presença de ameaças de certas perniciosas castas que se julgam no direito de se sobreporem aos poderes do Estado, alguns desses deportados, sem julgamento — sem julgamento e sem processo regular — por lá pereceram — quem sabe inocentes? — deixando enlutadas suas famílias, para elas não tendo havido, sequer, o respeito que a lei impõe mesmo para com os condenados, que para o degrado não vão sem serem sujeitos a prévio exame médico!

Mas, já que se praticou o nefando acto e já que se tem mantido essa deplorável situação anti-jurídica e anti-constitucional, de tão desgraçadas consequências e de alguns males já agora sem reparação, que, ao menos, num momento de lucidez, de bom sentido moral, de decréto e de equilíbrio de inteligência, se faça, prontamente, cessar a tremenda iniquidade, fazendo regressar imediatamente à metrópole os deportados sem julgamento e submetendo-os — aqueles que pronunciados fôrem ou estejam — ao julgamento competente nos tribunais de Lisboa, que são aqueles que têm competência para da acusação toharem conhecimento e sobre ela decidirem.

Também nas esquadras da polícia — numa situação em que faltam as mínimas condições higiênicas — se mantêm presas, há mais de sete meses, criaturas que, quando em virtude de pronúnias tivessem de estar privadas da liberdade, a sua permanência deveria ser, naqueles locais onde é costume permanecer, quando se está debaixo da alçada da lei, representada pelo respectivo juiz de direito que assinou a pro-

múncia — se não estão pronunciados — então, o seu estadio nessas esquadras representa uma enorme monstruosidade, anti-constitucional também, por se verificar que já de há muito se ultrapassou os oito dias da legalidade para a formação da culpa.

SENHORES:

E isto que nos trás aqui. Vimos protestar contra uma bárbara iniquidade. Vimos, acompanhados por todos os homens de pensamento e de alma bem formada, exigir justiça.

Vimos lembrar — e somos nós que temos de fazer! — o rigoroso respeito pela lei e pelos direitos consignados na Constituição.

Perturbada e confusa é a hora que passa, cada dia trazendo à supuração um novo escândalo, uma nova fraude, uma nova quadrilha de pessoas que tripudiam sobre a coletividade — tudo parecendo anunciar a queda próxima e ignominiosa dum estado social num final proposto de liquidação.

O povo todo vai vendo, acompanhando, observando, comentando e confrontando.

E o que poderá acontecer no dia — que parece adivinhar-se — em que Ele, cansado de esperar, de reclamar, de protestar, de observar e de confrontar, reconheça que tudo é inútil, que a sua voz se perde no deserto desolador das consciências mal formadas, que seus braços justicieros não encontram eco, que tudo se afunda no pantano pestilento da iniquidade e do arbitrio de uma Democracia pervertida?

Não ameaçamos. Possuídos de razão — mostramos apenas, sem subterfúgios e sem sofismas, as crias linhas do quadro real e deplorável. — E, possuidos dessa mesma razão, exigimos respeito pela lei e, de harmonia com ela, a possível e urgente reparação de uma violenta arbitrariedade que não pode continuar a manter-se por mais tempo.

Apenas isto!

Saúde e Justiça.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1925.

A Comissão Pró-Regresso dos Deportados.

O proletariado vai hoje junto dos três poderes da República protestar contra os odiosos crimes da polícia

Os que reclamam contra as deportações têm a seu lado o Direito e a Justiça

A bárbara e sumária sentença a que foram condenados os operários que se encontravam nas esquadras de polícia de Lisboa tem hoje, no grande gesto do operariado a mais formal condenação, a condenação máxima do mundo que trabalha.

As arbitrárias medidas das autoridades não podiam passar em julgado, numa cidade tão nobres tradições liberais, numa cidade cuja população tem dado a sua vida em holocausto à liberdade.

A polícia, a quem a sorte dos desgraçados cativeiros não lhe tem merecido a mais leve comiseração, não devia contar com a impunidade absoluta dos seus crimes, mesmo que tivesse segura de que o Código não a atingiria.

Os governos, incluindo o que está no Terreiro do Paço, deviam saber que o povo trabalhador, tão cioso das liberdades públicas não poderia ficar silencioso perante um dos grandes crimes da polícia, não podia calar afronta que há cerca de oito meses se mantém com o máximo desfausto.

Dois presos que se encontravam no Governo Civil foram subitamente atacados de sarna: Como medida sanitária, a polícia ordenou a sua remoção para outro local.

Em boa lógica, esses presos deviam ser hospitalizados.

A polícia entendeu que a única

hospitalização que convinha era encarcerar os num dos calabouços da esquadra da Mouraria, e ali jazem por largo tempo.

Para final reservamos aqueles dois desgraçados manipuladores de pão que foram bárbaramente espancados na esquadra de Santa Marta, e que ficaram em tal estado

que durante meses estiveram sequestrados porque não convinha que se observasse os sinais das agressões.

Foram tão selváticas as agressões que durante 20 dias os infelizes estiveram a leite por não poderem tomar qualquer alimento.

Os vestígios dessas agressões foram aos

jornais, passaram pelo Parlamento como macabro feito.

Uma camisa esfarapada, coberta de sangue, provou bem até onde

chegaram os instintos tigrinos dos agressores.

O que fez o Parlamento, o que fizeram

alguns dos jornais onde passou esse trágico episódio?

Limitaram-se a umas vagas referências,

numa linguagem insona sem nenhuma velejidade, sem o mais leve esboço de protesto!

A completar esse sadário de atentados à vida, temos agora a polícia impondo-se ao poder judicial.

Os presos acusados de fazerem parte da

Legião Vermelha foram pronunciados.

Segundo a norma estabelecida deviam ser

enviados para o Limoeiro e ali aguardarem julgamento.

A polícia sobrepõe-se a este princípio,

que era elementar, e faz permanecer nas

esquadras os presos já pronunciados, contra a própria Constituição, contra todas as normas de justiça!

Em presença de todos estes crimes qual

devia ser a atitude do operariado?

Ir junto do Parlamento erguer os seus

protestos vibrantes e afirmar perante os

três poderes da República a sua repulsa

contra os atentados às liberdades públicas.

Quando, em 18 de Abril, a Rotunda foi ocupada militarmente houve em Lisboa um momento de surpresa e depois sobreveio o pânico. Enquanto o governo hesitava, os políticos recolhiam na sua maioria prudentemente a suas casas e se invocava entre o exército, a solidariedade militar que tornaria possível a vitória da revolução fascista, o povo apareceu nas ruas a manifestar o seu propósito de se bater denodadamente contra uma revolução fascista. E o governo composto de democráticos e os políticos desse mesmo partido seriam os primeiros a ser, e duramente, atingidos pelas represálias dos que queriam pela força das armas implantar uma ditadura apoiada nas baionetas das casernas, ia-se entrar num novo período sidonista, mas ainda mais cruel, mais violento, mais bárbaro e mais perseguidor do que aquele que tínhamos sofrido.

Os democráticos iam ser arrancados dos seus empregos, perderiam os seus nichos, deixariam de ocupar seus lucrativos e sumptuosos lugares à mesa do orgântimo.

Em toda a cidade — a cidade dos que traíram — criou-se logo um ambiente desfavorável aos insurretos da Rotunda, ambiente que asfixiou, que destruiu, aniquilando-o implacavelmente, a ditadura militar que tinha suas tropas entrincheiradas na Rotunda e cumplicidades ocultas e vadias em vários quartéis e fortes. Os trabalhadores acorreram a pedir armas, surgiu nos postos de combate a animar a resistência e a incitar os soldados. Os insurretos foram atacados diretamente por operários e nessas escaramuças entra a alma popular e os defensores da ditadura fizeram recuar sempre desmoronados pela coragem com que gente obscura, gente que não queria revelar seus nomes, os combatia.

Vencida a revolução as classes operárias mantiveram uma nobre linha de desinteresse: nada reclamaram do governo. E os

democráticos ficaram senhores de todos os seus privilégios, ficaram possuindo intactas todas as posições privilegiadas que ainda ocupam no campo político e no campo económico.

* * *

E depois? Depois o governo Vitorino Guimarães, por iniciativa de Vitorino Godinho, ordenou uma perseguição em forma

à classe operária. Comandava a polícia o sr. Ferreira do Amaral, cujas ideias fascistas eram bem conhecidas, sendo também

por isso que os insurretos da Rotunda contavam com ele e afirmaram a sua extrema

tranqüilidade por não o encontrarem abertamente a seu lado. E deu-se a circunstância

A BATALHA

Depoimentos insuspeitos

Do fundo da minha razão não admito condenados sem julgamento, como não concordo com os castigos de juizes, após as suas sentenças, por não serem consentâneas com o sentido do poder. Arremessar para um clima indôpito um homem, que ninguém julgou em tribunal, equivale a rasgar os direitos da justiça; é tão iníquo como esmagar julgadores que dão seus pareceres em consciência. A justiça deve ser como a liberdade, uma só e para todos. Quem as deseja torcidas não é democrata, não pertence mesmo à alucinada reacção bem intencionada.

Rocha Martins.

* * *

Os homens da Legião Vermelha que praticaram crimes, ou de tal só acusados, têm de ser julgados. Mas deportá-los só pela informação policial, não!

Afirmo-o: para a ordem era mais útil que se tivesse organizado processo.

Não chegam as leis existentes? Façam-se leis. Não há quem condene? Não — senhores! — a cobardia não justifica um atropelo à lei! Mas o mais grave é que se praticaram, mais do que atropelos, abusos de atropelos! Foram deportados homens que nada tinham com a Legião. Saltou-se por cima dos próprios tribunais. Um há, cujo nome não sei, que praticou um crime, foi julgado, cumpriu a pena e saiu em liberdade. Mas a polícia não achou suficiente a pena cumprida... deportou-o! Outro, foi julgado, foi absolvido, e a polícia achou a sentença injusta e... deportou-o também! Pergunto aos homens da Ordem se a polícia já é superior aos tribunais!

José Domingues dos Santos.

* * *

O caso, no seu aspecto jurídico, não tem discussão possível: atinge as raias da pouca vergonha jurídica, mas eu bem sei que é perder tempo neste país e nas horas que vão passando, invocar a constituição ou a novíssima reforma judiciária.

— Efectivamente não se trata de deportações, são verdadeiras condenações à morte nos empêstados presídios da Guiné. Poucos daqueles homens voltarão e os que voltarem virão minados do paludismo e da febre amarela.

Amâncio de Alpoim

* * *

A falta de respeito pelas liberdades públicas geral revolvidas, quebra a disciplina e subverte a ordem social. As violências praticadas pelos delegados do poder público podem conduzir à supressão do próprio Estado se aqueles que detêm em suas mãos a direcção dos povos não se integrarem no espírito renovador da época, presente escudados pelo alto prestígio da lei quando ele dimana do estrito cumprimento da mesma lei.

(De uma representação da Liga dos Direitos do Homem).

* * *

As deportações estão fora dos princípios republicanos. É preciso, urgentemente, pôr termo a esta medida desumana que nem no mais reacionário dos regimes tem uma base legal, uma razão de ser jurídica.

João Camões

* * *

A violência das deportações não deve ser atribuída apenas ao governo que caíu. Cabem responsabilidades nas os clubes e casas bancárias que subsidiavam os bandos da Legião Vermelha, aos jurados que se esquivavam a assistir aos julgamentos ou absolviam por mero, e à corrupção das classes possuidoras e egoístas, que, alheadas da solidariedade humana, cavam um abismo de animadversos e rancor entre espalidadores e espiões.

Câmara Reys

* * *

Claro está que as deportações merecem a reprovação daqueles que entendem que não é à autoridade que cabe sair da lei e calcar os direitos consignados do código social. Considero-as lesivas do respeito humano.

Aquilino Ribeiro

* * *

O respeito pela Constituição deve manter-se acima da vontade e do capricho dos governantes. Para que servem então as leis se não se cumprem? Dizia-me um jornalista parisiense que Portugal era o país do arbitrio. A república não comporta uma permanente ditadura, que não me cancel de combater, pela pena e pela palavra, durante o antigo regime. Há artigos que caem sob a alçada do Código Penal? Lá estão os tribunais para julgar.

Magalhães Lima

* * *

de serem presos muitos daqueles que mais se distinguiram combatendo os defensores da ditadura fascista. Entrou-se no regime de terror, regime que a Batalha afinalmente combateu.

Dolorosamente o proletariado constatou que estava sendo vítima da perseguição que contra ela não cesaram de inicio os fascistas se tivessem ficado vencedores.

A surpresa foi dolorosa. A classe operária foi ferozmente combatida, enquanto que os fascistas vencidos eram tratados com as maiores considerações, considerações que mais tarde na Sala do Risco haviam de desfilar na absolvição dos revoltosos, absolvição que foi uma escandalosa apoio ao fascismo. E nesse julgamento se constatou que no 18 de Abril só havia alguém capaz de hostilizar, de combater esse movimento. Esse alguém chama-se classe trabalhadora. A classe trabalhadora persseguida e vilipendiada por Vitorino Godinho!

* * *

As deportações ordenadas por democráticos foram executadas no governo civil por sidonistas disfarçados mas convictos, daqueles que pretendem em todas as situações impor o seu odio político sob a máscara de defensores da situação vigente.

E sem se atender nem à lei, nem aos princípios de humanidade, deportando-se pessoas sem julgamento, indivíduos cadastados inventaram-lhes cadastros, feitos de prisões arbitrárias ilegalmente mantidas sem culpa formada, longos meses. O sidonismo também deportou. Mas nenhum dos que deportou, morreu. Todos regressaram aquebrados, mas vivos.

Aqueles que Vitorino Godinho mandou deportar foram-no em tais condições que cinco deles já não podem regressar a Guiné, guardados para sempre em cemiterios improvisados.

O sidonismo deportou depois de ter esmagado uma greve geral que, a trunfar, teria ameaçado gravemente a sua existência política. Vitorino Godinho, com o apoio do Partido Democrático, deportou após uma revolução que salvou os demo-

contra as deportações

Auxiliemos os presos!

Nós temos afirmado que somos contra as prisões realizadas levianamente e às deportações igualmente levianas, as quais legalmente não podem fazer-se. Não há lei alguma que permita tal procedimento. Combatemos durante muitos anos a lei de 13 de Fevereiro, para que possamos agarrar defender uma violência ainda maior. Durante o período dezembrista realizou-se essa violência e nos combatemos-la, como podemos, não o fazendo mais energicamente porque não tínhamos jornal onde escrever.

Nessas condições não podemos agora transigir. Só há castigo depois de julgamento e condenação. A doutrina contrária é absolutamente antagônica com os principios republicanos. Não queremos, é evidente, a absolvição de criminosos compravados mas também não queremos, em nome da República, o castigo sem julgamento e a deportação de inocentes. Isso não.

De O Rebate, órgão do sr. António Maria da Silva.

* * *

Esta democracia, que se horroriza à ideia dum patíbulo, comete a hipocrisia de matar sem julgamento, fazendo da sua colónia uma vasta guilhotina, um garrote, uma máquina de assassinar. Pior que esse instrumento de suplício é a Guiné, onde se morre lentamente sem que os juizes tivessem sequer ouvido as vozes dos votados ao degrado e ao cadafalso. Um simples agente de polícia, inconsciente ou malvado, em nome de princípios de defesa social errados, agradiando a um bando, ou a uma coorte enriquecida por meios inconfessáveis, pode lançar para fora de todas as leis e condenar aqueles que alguns próceres do Estado outrora tiveram como auxiliares, os que beberam nas suas palavras o incentivo para os atentados. Eis o drama terrível, eis a tragédia era tóida a sua nudez.

(Do manifesto assinado por 60 escritores, artistas e jornalistas).

* * *

Reclamando só a violência, e a violência cega e sem fim, não regressariam à monarquia constitucional, nem à monarquia absoluta, nem mesmo às eras obscuras do domínio godo ou mussulmano. Iriam parar à idade das cavernas. Para não irmos mais longe, recordemos a própria lei, odiosa e terrível, de 13 de Fevereiro, que foi alvo das mais intensas campanhas da propaganda republicana. Pois com essa lei, afeiçorada, despótica, saída dum cérebro de ditador, não se dispensava o julgamento dos anarquistas, que nela eram incursos. Sempre havia um julgamento; não era simplesmente a polícia a acusar, a sentenciar e a executar.

Mayer Garção.

* * *

O meu pensamento, é, como não podia deixar de ser, absolutamente contrário a deportações. Sou contra o arbitrio e pela liberdade. As deportações sem julgamento, como as vêm de realizar-se, são, não só anti-jurídicas, mas até anti-democráticas. Nada as justifica, por mais interpretações que lhes dêm.

Pestana Junior.

* * *

Creio ser um péssimo remédio empregado pelo governo para debelar um possível mal. O que seria necessário é que em Portugal existisse uma justiça nobre, corajosa e incorruptível, a quem se pudesse entregar casos tão complicados como estes para que destriscesse os que são sinceramente idealistas e os que são apenas criminosos vulgares.

Jaime Cortezão

* * *

Informava um jornal que na Hungria há um lugar vago: o de carrasco. E parece que este era o único lugar a que logo, de Portugal, não surgiram concorrentes. Pois nem éste. Há quem deseje, acima de tudo, um logar no estrangeiro. E o ministro do Interior, que não hesita em deportar sem culpa formada, e em mandar matar pela calada da noite, não despresará mais este chorudo lugar, em que a sua actividade sanguinária e odiante se poderá finalmente exercer à sombra da lei legítima.

(Do Diário do Povo)

* * *

Sou contra todos os processos ilegais por quanto entendo que a lei actual tem elementos bastantes para castigar quaisquer supostas infracções. E' certo que se pretende justificar a deportação com a prática de actos violentos praticados por aqueles sobre quem ela incidiu, mas não coloco argumento por isso que um abuso ou mesmo um crime de nenhum modo justifica outro abuso ou outro crime.

Agostinho Fortes

* * *

Está flagrante injustiça, esta tremenda iniquidade dada à manifestação de hoje uma autoridade moral incontestável. Permite-lhe que ela possa reclamar com a maior altivez uma justiça que ninguém lhe pode negar.

Poucas, raras vezes surgiu perante uma sociedade corrupta uma multidão encarando a Justiça com o prestígio que ganhou em seus abnegados combates pela Liberdade.

IMPRENSA

Riso Infantil é o título dumha revista quinzenal a publicar-se em 10 de Janeiro.

Versará todos os assuntos que interessam as crianças.

SOLIDARIEDADE

Pró-José Pires de Matos

Novamente a comissão de auxílio a este prestativo camarada e militante da organização sindical vem apelar para a solidariedade de todos os camaradas e da organização em geral.

Pires de Matos, que há longos meses se vem debatendo com uma grave enfermidade, foi, por recomendação médica, forçado a retirar-se para a província, onde presentemente se encontra, infelizmente Pires de Matos não tem sentido aquelas melhorias que seria para desejar.

Aquela comissão, composta por camaradas, viu-se forçada a contrair empréstimos que lhe permitem atender às necessidades contrárias por Pires de Matos com a sua estadia na província. Agora, não só para atender ao pagamento desses empréstimos, como para ocorrer às necessidades presentes, organizou a comissão uma festa que teve a sua realização no passado domingo.

A todos os camaradas e organismos a quem foram enviados bilhetes roga a comissão que os liquidem para assim não prenderem os trabalhos que estão pendentes para o restabelecimento de Pires de Matos, após uma revolução que salvou os dema-

A BATALHA

O proletariado contra o arbitrio e o crime

A Câmara Sindical do Trabalho convida o proletariado a incorporar-se hoja na sua máxima força na grande manifestação

Uma exortação da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa

Trabalhadores do braço e do cérebro, homens de sentimentos elevados:

A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, organismo representativo dos trabalhadores organizados da capital, exorta-vos ao cumprimento do maior dos deveres de solidariedade para com as vítimas dos demandos do poder, comparecendo à sessão que hoje, pelas 13 horas, se realiza na Calçada do Combro, 38-A, 2.^o, seguindo a incorporar-vos na grande manifestação que irá ao Parlamento apresentar o protesto veemente do povo de Lisboa contra as arbitrariedades que têm infringido os mais acrissalados direitos públicos.

O povo de Lisboa, de tão rasgadas afirmações liberais, aquela que sempre, nas ruas, nas barricadas, quer fazendo parte da fantástica «Legião Vermelha», tenta atingir, quer escalando Monsanto, tem escrito com o seu sangue as mais fulgurantes páginas de epopeia na história das conquistas de liberdade, não deixará de acorrer a manifestar-se mais uma vez; porém desta armaria unicamente com a raspa potente que lhe assiste para insurgir-se contra um novo poder brutal, o 4.^o poder, o poder policial, a que se curvam todos os políticos de consciência suja, respeitando-o como uma salvaguarda dos seus desmandos, como uma garantia de abalo da revolta justa dos explorados e escravizados.

Em Lisboa, que as fábricas e oficinas, todas as funções úteis numa palavra se paralisem e os lares se despoolem, para irmos junto dos poderes costituidos bradar justiça, mas justiça recta, para esse punhado de homens que, arrancados brutalmente a suas famílias, se definham, uns nas mortíferas paragens africanas outros nos vários in-paces da polícia.

A sessão e à manifestação, povo de Lisboa! Que as fábricas e oficinas, todas as funções úteis numa palavra se paralisem e os lares se despoolem, para irmos junto dos poderes costituidos bradar justiça, mas justiça recta, para esse punhado de homens que, arrancados brutalmente a suas famílias, se definham, uns nas mortíferas paragens africanas outros nos vários in-paces da polícia.

A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa

Do Sindicato da Construção Civil ao operariado da indústria

O Sindicato Único da Construção Civil de Lisboa editou o manifesto que a seguir transcrevemos:

«E' hoje que, promovida pela Comissão Pró-Régresso dos Deportados da Câmara Sindical do Trabalho, se realiza a já anunciada manifestação de protesto junto do Parlamento contra a ilegal e infusa situação dos deportados, sem julgamento para longínquas terras africanas, e contra a não menos ilegal como revoltante situação em que se encontram quatro dezenas de camadas que, há 7 meses, permanecem ainda nas insularenses esquadras policiais.

Do fundo das celas da moderna inquisição, bradam os operários presos: «Camadas! Não nos deixeis morrer, salva-nos as vidas!»

Seria necessário que a classe operaria se tivesse deixado possuir do mais criminoso indiferentismo, para ficar inerte ante tão contundente como angustioso apelo. O vosso Sindicato, cônciso do seu mais sagrado dever de solidariedade, para com as vítimas desta infeliz sociedade, que sofrem neste momento as aguuras dum cativério imundo, convoca todo o operariado da indústria a assistir ao comício de protesto que na nossa sede hoje se realiza, pelas 14 horas, e a incorporar-se na manifestação que em seguida se organizará em direcção ao Parlamento.

Haja, pois, consciência e Solidariedade. Que a voz de todo o operariado da Construção Civil se faça ecoar unisonamente, num grito de: «Abaixo a Reacção e viva a Liberdade!»

As classes operárias de Vendas Novas solidarizam-se com o protesto

VENDAS NOVAS, 19.—De acordo com a grande manifestação que a Câmara Sindical do Trabalho leva a efecto na próxima segunda-feira, as associações da classe dos Operários Corticeiros, Trabalhadores Rurais e Núcleo de Juventude Sindicalista, associam-se ao movimento de protesto, prô-regresso dos deportados libertação dos presos por questões sociais sem culpa formada.

Câmara Reys

Cumpri o vosso dever!

Abandonai hoje, ao meio dia, as ferramentas, e ido assistir à sessão que a C. S. T., às 13 horas, promove na sua sede e segui-a a incorporar-vos na grandiosa manifestação que junto do Parlamento irá protestar.

Câmara Reys

Cumpri o vosso dever!

Abandonai hoje, ao meio dia, as ferramentas, e ido assistir à sessão que a C. S. T., às 13 horas, promove na sua sede e segui-a a incorporar-vos na grandiosa manifestação que junto do Parlamento irá protestar.

Câmara Reys

Cumpri o vosso dever!

Abandonai hoje, ao meio dia, as ferramentas, e ido assistir à sessão que a C. S. T., às 13 horas, promove na sua sede e segui-a a incorporar-vos na grandiosa manifestação que junto do Parlamento irá protestar.

Câmara Reys